

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 887 - EX (2005/0034903-8)

REQUERENTE : BOUVERY INTERNATIONAL S/A
ADVOGADO : LUIZ NORTON NUNES E OUTRO
REQUERIDO : IRMÃOS PEREIRA - COMERCIAL E EXPORTADORA LTDA
ADVOGADO : ARTHUR DE CASTILHO NETO E OUTROS

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA:

A empresa Bouvery Internacional S/A contratou com a empresa Irmãos Pereira, Comercial e Exportação Ltda. a compra de sacas de café – totalizando 3.300, conforme relata em sua petição inicial, na qual também informa que os contratos não foram cumpridos. Assim, iniciou o processo de arbitragem na “Câmara Arbitral dos Cafés e Pimentas do Reino de Havre”, sediada em Lê Havre, Paris.

Em 1996, foi proferida sentença arbitral em favor da requerente, tendo a empresa ora requerida, Irmãos Pereira, Comercial e Exportação Ltda., sido condenada ao pagamento de perdas, no valor de US\$ 150.263,78, acrescido de juros e pagamento de frete.

Em 27.2.1998, a Bouvery Internacional S/A requereu ao Supremo Tribunal Federal a homologação da sentença arbitral.

Citada, a empresa Irmãos Pereira, Comercial e Exportação Ltda. contestou o feito indicando os seguintes tópicos principais:

1º) “13. (...) tendo em conta que a sentença arbitral francesa ... não foi submetida a um órgão judicial, tendo em conta, ainda, a discutida constitucionalidade do art. 35 da lei n. 9.307, de 1996, e a reiterada jurisprudência da Suprema Corte, a requerida impugna nesse ponto a homologação da sentença arbitral”;

2º) “14. (...) Verifica-se, desde logo, que a requerida não tomou parte do juízo arbitral... não tendo exercido o direito de defesa, conforme exigido pelos atos internacionais, pela Constituição Federal e pela lei de arbitragem, casa seja julgada constitucional...;

3º) “33. Deduz-se, ainda, da leitura dos documentos já mencionados dos autos que

Superior Tribunal de Justiça

não houve compromisso prévio para instituição do juízo arbitral, pelo que se impunha a alternativa prevista pelo parágrafo único do art. 6º da lei 9.307, de 1996, que era de propor a demanda perante o órgão judiciário ao qual caberia o julgamento da causa...”.

Após a réplica, o Ministério Público Federal concluiu que não foram atendidos os requisitos exigidos no art. 37 da Lei n. 9.307/96, incisos I e II, pelo que foi deferido à requerente que procedesse à regularização de tal situação.

Os documentos referidos pelo MP foram juntados, e, embora tenham sido traduzidos, deles não constava chancela consular. A requerente, então, afirmou que existe convenção de cooperação judiciária em vigor desde 1985 e que, por isso, a Embaixada do Brasil em Paris não procede à chancela pretendida.

Em nova vista dos autos, o Ministério Público Federal argüiu que “... a ausência de prova inequívoca da estipulação de cláusula compromissória acaba por causar repercussão decisiva na apreciação da competência da Câmara Arbitral do Café e Pimenta do Havre para dirimir o conflito”; e, também, que: “...conquanto possa ter-se observado regular procedimento, a citação reclamada não restou comprovada, nos termos do art. 38, III, da Lei de Arbitragem”.

Em 1º.1.2005, considerando o disposto na Emenda Constitucional n. 45, o Ministro Eros Grau determinou a remessa do feito a esta Corte, tendo os autos sido a mim atribuídos em 7.12.2005.

É o relatório.

SENTENÇA ESTRANGEIRA CONTESTADA Nº 887 - EX (2005/0034903-8)

EMENTA

HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. SENTENÇA ARBITRAL. PROCEDIMENTO ARBITRAL QUE TEVE CURSO À REVELIA DO REQUERIDO. CONVENÇÃO ARBITRAL. INEXISTÊNCIA.

1. Para a homologação de sentença de arbitragem estrangeira proferida à revelia do requerido, deve ele, por ser seu o ônus, comprovar, nos termos do inciso III do art. 38 da Lei n. 9.307/96, que não foi devidamente comunicado da instauração do procedimento arbitral.

2. Homologação deferida.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (Relator):

Há dois pontos essenciais controvertidos postos pelas partes e reforçado pelo Ministério Público: um, diz respeito à não-comprovação de prévia convenção arbitral; e o segundo, ao não-exercício do contraditório e da ampla defesa pelo réu no procedimento de arbitragem realizado na Câmara Arbitral dos Cafés e Pimentas do Reino de Havre, sediada em Lê Havre, Paris.

Quanto ao primeiro – não-comprovação de prévia convenção arbitral –, creio não haver dúvidas da pré-existência da convenção de arbitragem, e os documentos trazidos aos autos fartamente o demonstram. Não só a própria sentença arbitral que, ao relacionar contrato por contrato que lhe fora submetido, faz referência à mencionada convenção, como os documentos juntados às fls. 199/231 expressamente se referem ao mencionado acordo.

Portanto, esse requisito foi atendido, não constituindo motivo impeditivo da homologação.

O outro ponto sustentado na contestação diz respeito à circunstância de a requerida não ter exercido seu direito à ampla defesa e ao contraditório no procedimento de arbitragem. Observo, contudo, que, se não o exerceu, não o foi por irregularidade no procedimento arbitral, mas por falta de interesse da requerida no acompanhamento do feito.

O art. 38, III, da Lei n. 9.307, de 23.9.1996, encontra-se assim posto:

“Art. 38. Somente poderá ser negada a homologação para o reconhecimento ou execução de sentença arbitral estrangeira, **quando réu**

Superior Tribunal de Justiça

demonstrar que:

(...)

III – não foi notificado da designação do árbitro ou do procedimento de arbitragem, ou tenha sido violado o princípio do contraditório, impossibilitando a ampla defesa.”

Segundo o que consta do dispositivo acima transcrito, eventual falta das comunicações necessárias tem de ser comprovada pelo réu, e ele não se desincumbiu de tal ônus. Em sua defesa, alegou fartamente que não tomou parte do juízo arbitral, mas não demonstrou a falta de notificação para o feito nem sequer alegou que tal falta houve, pois limitou-se a repetir partes da lei nacional que definem a necessidade dessa informação.

O que está comprovado nos autos é que o procedimento de arbitragem correu à revelia da requerida não por falta de notificação, mas pelo não-comparecimento espontâneo da requerida. Atestam tal fato tanto a sentença homologanda, que expressamente afirma que as comunicações necessárias foram realizadas via telex e por fax, como o documento de fls. 13/14, que trata da correspondência ao réu da sentença de arbitragem por ele rejeitada, não obstante a empresa contratada para entrega da correspondência tê-la apresentado por sete vezes consecutivas, pelo que o requerente valeu-se, então, da notificação cartorial, fl. 15.

Essa a conclusão que se deduz dos documentos juntados aos autos, não impugnados pelo requerente, que nada em seu favor logrou comprovar, não obstante tal ônus seja-lhe imposto por lei, conforme dispositivo legal acima indicado.

Um último ponto levantado na contestação diz respeito ao julgamento no Supremo Tribunal Federal da Sentença Estrangeira n. 5.206, o qual, segundo a requerida, estava analisando a constitucionalidade do art. 35 da Lei n. 9.307/96. Atualmente, o julgamento encontra-se concluído, com a seguinte decisão:

“Decisão: O Tribunal, por unanimidade, proveu o agravo para homologar a sentença arbitral, vencidos parcialmente os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Sydney Sanches, Néri da Silveira e Moreira Alves, no que declaravam a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 6º; do artigo 7º e seus parágrafos; no artigo 41, das novas redações atribuídas ao artigo 267, inciso VII, e ao artigo 301, inciso IX, do Código de Processo Civil; e do artigo 42, todos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Votou o Presidente, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 12.12.2001.”

Portanto, uma vez que a requerida não se desincumbiu do ônus constante do inciso III do art. 38 da Lei n. 9.307/96 e que não houve violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, estando atendidos os requisitos constantes do § 2º do art. 21, **homologo a**

sentença arbitral estrangeira.

Custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, a cargo do requerido.

É como voto.

